

ESCRITOS DE E PARA MULHERES NO SÉCULO XIX: O CONCEITO DE EMANCIPAÇÃO E A REPRESENTAÇÃO FEMININA NO *JORNAL DAS SENHORAS*

WRITTEN BY AND FOR WOMEN IN THE XIX CENTURY: THE CONCEPT OF EMANCIPATION AND THE REPRESENTATION OF WOMEN IN THE NEWSPAPER OF THE LADIES

Dayanny Rodrigues
dayannydeyse@hotmail.com

RESUMO:

Por meio de um estudo pautado nos referenciais da Nova História Cultural, pretendeu-se analisar os escritos destinados e produzidos por mulheres no século XIX, e compreender as representações das mulheres e o conceito de emancipação moral feminina presentes no *Jornal das Senhoras*, primeiro periódico escrito por mulheres no Brasil, que surgiu em 1852, na cidade do Rio de Janeiro, com circulação até 1855. No contexto da década de 1980, surgiu o que ficou conhecido como Nova História Cultural, viés teórico da História que entende os acontecimentos por meio de suas expressões culturais, e que atrelado às discussões de gênero passaram a repensar o papel da mulher na sociedade, configurado pela constituição histórica de práticas e representações.

Palavras-chave: Jornal das Senhoras; Mulher; História Cultural.

ABSTRACT:

Through a study based on the benchmarks of the New Cultural History, we intend to analyze the written intended and produced by women in the XIX century, and understand the representations of women and the concept of moral emancipation of women present in the Newspaper of the Ladies, first journal writing by women in Brazil, which first appeared in 1852, in the city of Rio de Janeiro, with circulation until 1855. In the context of the 1980s, which became known as the New Cultural History, theoretical bias of History that considers the events through their cultural expressions, which combined with the discussions of gender began to rethink the role of women in society, set up by the historical constitution of practices and representations.

Key words: Newspaper of the Ladies; Women; Cultural History.

O Jornal das Senhoras tem vontade e desejo de propagar a ilustração e cooperar com toda a sua força para o melhoramento social e emancipação moral na mulher (Jornal das Senhoras, 01 de janeiro de 1852).

Fundado pela feminista argentina Juana Manso de Noronha, *O Jornal das Senhoras* tratava de temas como belas-artes, literatura, moda, e, buscava despertar a consciência feminina para que estas reivindicassem melhores condições educacionais e acesso ao mercado de trabalho. Durante toda segunda metade do século XIX, vários jornais dirigidos por mulheres passaram a circular pelo Rio de Janeiro e por todo Brasil, tais como: *O Bello Sexo*, *O Espelho*, *Jornal das Moças*, *Jornal das Famílias*.

Seguindo a perspectiva teórica da Nova História Cultural, pretendemos analisar os escritos destinados e produzidos por mulheres nos séculos XIX, compreender as representações das mulheres e o conceito de emancipação presente no *Jornal das Senhoras*, periódico que surgiu em 1852, na cidade do Rio de Janeiro, com circulação até 1855.

Entre as várias modalidades do fazer historiográfico que se desenvolveram no decorrer do século XX, algumas se sobressaíram pela riqueza de possibilidades que abrem aos historiadores. A chamada Nova História Cultural se tornou mais evidente a partir das últimas décadas do século XX, mesmo tendo antecedentes desde o início do século. Uma de suas principais características foi a multiplicidade, no sentido de abrigar no seu seio diferentes possibilidades de tratamento. O alargamento do horizonte referente às fontes e o diálogo com outros campos do conhecimento possibilitou que um grande número de trabalhos historiográficos voltasse seus olhos para a História Cultural, entendida não apenas no sentido de uma história da cultura, que se limita a analisar apenas a produção cultural literária e artística oficialmente reconhecida, mas como uma história das mais diversas práticas culturais. “Trata-se, antes de tudo, de pensar a cultura como um conjunto de significados partilhados e construídos para explicar o mundo” (PESAVENTO, 2004, p.15)¹. Nessa perspectiva, a História Cultural buscou quebrar com o determinismo econômico, político e social que predominou na prática historiográfica até meados do século XX.

Segundo Pesavento (2005), as mudanças se iniciaram em fins de 1960, mais especificamente em 1968, desencadeando a crise dos paradigmas explicativos da realidade, ocasionando, assim, rupturas epistemológicas que passaram a questionar os modos do fazer historiográfico. Para a historiadora, a virada nos estudos históricos produzida pela História Cultural pode ser situada à:

¹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História cultural**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

Mudança nos anos 1970 ou mesmo um pouco antes, com a crise de maio de 1968, com a guerra do Vietnã, a ascensão do feminismo, o surgimento da New Left, em termos de cultura, ou mesmo a derrocada dos sonhos de paz no mundo pós-guerra. Foi quando então se insinuou a hoje tão comentada crise dos paradigmas explicativos da realidade, ocasionando rupturas epistemológicas profundas que puseram em xeque os marcos conceituais dominantes na História (PESAVENTO, 2005, p. 08).

Nesse momento, ocorreu um esgotamento de modelos, de um regime de verdade e de explicações globalizantes, aquele que objetivava a totalidade. Esse modelo já não dava mais conta de compreender a dinâmica social e seus desdobramentos. Assim, Pesavento demonstrou as limitações da corrente marxista e do modelo dos *Annales* de fazer história, bem como situou a produção brasileira e suas relações com as duas correntes. Do mesmo modo que colocaram a escola metódica e o positivismo no ostracismo, a partir de 1970, o Marxismo e os *Annales* passaram a ser acusados de portarem um vazio teórico e um reduzido poder explicativo. Estaria a História vivenciando mais uma crise, para além do impacto do surgimento e crescimento das jovens ciências humanas, que fizeram com que a história perdesse o seu lugar de prestígio e passasse a trabalhar no recolhimento de dados para as ciências que, diferentemente do que ocorrera em tempos passados, agora ela servia. Diante disso, a virada cultural objetivaria recuperar a história dessa posição secundária e voltar a ocupar seu lugar central.

Dentre os principais conceitos que embasam os estudos culturais encontra-se o de *Representação*. Um dos importantes historiadores que trabalham com a noção de representação é o francês Roger Chartier. De acordo com o autor, as representações inserem-se “em um campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação”; ou seja, são produzidas aqui verdadeiras “lutas de representações” (CHARTIER, 1990, p. 17)². Vale destacar que estas lutas geram inúmeras “apropriações” possíveis das representações, de acordo com os interesses sociais. A partir das discussões em torno da noção de representação, derruba-se por terra a premissa de que o historiador tem acesso ao passado, reconstruindo-o com suas pesquisas.

Para Pesavento (2005) as representações:

Construídas sobre o mundo não só se colocam no lugar deste mundo, como fazem com que o homens percebam a realidade e pautem a sua existência. São matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coerciva, bem como explicativa do real. Indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade (PESAVENTO, 2005, p. 39).

² CHARTIER, Roger. *A História Cultural* – entre práticas e representações, Lisboa: DIFEL, 1990.

A noção de representação que permeia a História Cultural enxerga esse passado como algo inatingível, podendo ser tocado por meio das representações criadas sobre ele. Dessa forma, a história cultural “tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade cultural é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1990, p. 17).

Nessa nova conjuntura, o termo cultura passou a ser entendido em um contexto mais amplo, mais próximo da antropologia. Não se reduzindo apenas ao Brasil, a História Cultural se tornou um fenômeno (de publicações, pesquisas e leitores) no mundo inteiro. Também como característica desse novo momento da História Cultural, Burke (2004)³, destaca que essa ascensão de interesse e estudos voltados para a cultura acabou por aumentar a responsabilidade da mesma em explicar fenômenos políticos, econômicos e sociais.

Segundo Burke (2004), o historiador cultural não deve olhar seus objetos de estudos como sendo os únicos a serem estudados, muitos menos tratá-los como verdades absolutas. O fato é que ele precisa fazer sempre a crítica da fonte, indagar o porquê da criação desta, quando foi elaborado e qual seu propósito. Seguindo essa lógica de conceituação, Pesavento (2005) destaca que as principais mudanças epistemológicas decorrentes da História Cultural estiveram ligadas à reorientação da postura do historiador.

De acordo com Burke (2004), um dos domínios da Nova História Cultural é a história do corpo, que valoriza a identificação dos elementos culturais nos aspectos físicos como a carga simbólica dos gestos, higiene, etc., tidos como insignificantes, mas suas diferenças têm seus significados e, nessa perspectiva, aliado à história de gênero e à história do corpo, mantém o interesse para superação da dicotomia mente e corpo.

Gonçalves (2015)⁴ destaca as possibilidades de apropriações e usos da História Cultural para os estudos envoltos das questões de gênero. A historiadora salientou que Freud já chamava atenção para os limites da definição dos termos masculino e feminino, estando estes condicionados às pressões sociais. “Baseadas nas interpretações de Lacan, da psicanálise de Freud estabeleceu-se que a masculinidade e a feminilidade são encaradas como posições de sujeitos, não necessariamente restritos aos machos ou às fêmeas biológicas” (GONÇALVES, 2015, p. 73).

Vale ressaltar que o conceito de gênero ganhou força a partir da década de 1970/80, e passou a ser entendido como uma categoria de análise histórica. A partir daí, estudar as

³ BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Trad. Sergio Goes de Paula 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora. 2004.

⁴ GONÇALVES, Andréa Lisly. **História & Gênero**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

diferenças sexuais, as diferenças de gênero, e os papéis sociais, passaram também a ser encarados como ofício do historiador. Nessa perspectiva, percebeu-se uma aproximação com a História Cultural, que procura identificar como, quando, onde e de que modo as realidades sociais e suas representações foram construídas, pensadas e interpretadas.

Assim, percebeu-se que,

Com a utilização da categoria de gênero se chegava ao ponto mais alto da desnaturalização das diferenças entre homens e mulheres, uma vez que reconhecia que a relação entre os sexos não é, portanto, um fato natural, mas sim uma interação social construída e remodelada incessantemente, nas diferentes sociedades e períodos históricos (GONÇALVES, 2015, p. 74).

Seguindo essa perspectiva, a qual o gênero passou a ser pensando enquanto construto histórico-social, um dos pontos de discussão girou em torno do binômio público *versus* privado e, também, na busca pela sua desnaturalização. Vale destacar que essas esferas tem um caráter histórico e geraram implicações para homens e mulheres. Dessa forma, questioná-las significa questionar a naturalização das posições firmadas por elas.

A constituição da esfera privada, enquanto aquela cabível às mulheres, e a pública, enquanto espaço masculino, carrega consigo inúmeras consequência que, a longo prazo, acabaram desencadeando a institucionalização de práticas imperiosas, nas quais as desigualdades de gênero é característica marcante. De acordo com Biroli (2014) “é uma forma de isolar a política das relações de poder na vida cotidiana, negando ou desinflando o caráter político e conflitivo das relações de trabalho e das relações familiares” (BIROLI, 2014, p. 31)⁵. No decorrer do século XIX, esse era o cenário em voga no Brasil. Ultrapassar a barreira do privado ia de encontro à toda uma conduta institucionalizada⁶. A imprensa, nessa conjuntura, enquanto espaço público, tardiamente incorporou elementos “cotidianos” em suas discussões. As mulheres, salvo algumas exceções, também demoraram a se inserir nesse espaço.

É relevante ainda destacar que desde sua gênese a imprensa foi e, continua sendo, um dos principais meios de circulação de ideias. No Brasil, desde a implantação da Imprensa Régia em 1808, a imprensa teve papel importante dentro da vida política, pois era por meio dela que ocorria os principais embates eleitorais. Com a vinda da família Real para o Brasil,

⁵ BIROLI, Flávia. O Público e o Privado. In: MIGUEL, Luis Felipe. BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo. 2014.

⁶ As privações associadas a questão de gênero também podem ter impactos diferenciados quando levado em conta a questão de classe. Essas regras de conduta, em sua grande maioria, não eram obedecidas pelas mulheres pobres, principalmente aquelas provedoras de seus lares, tendo dessa forma, que sair de casa para trabalhar. Ver: SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: Del Priore, Mary; Bassanezi, Carla; Bassanezi, Carla. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo, Contexto, 2001. p.362-400.

parte do que era hábito cotidiano da corte portuguesa, foi trazido para a colônia. Assim, as primeiras tipografias chegaram ao Brasil.

De acordo com Sousa (2003)⁷, juntamente com o crescimento do comércio, a invenção da tipografia foi umas das responsáveis pela explosão da comunicação. O sucesso da imprensa se deveu ao aperfeiçoamento contínuo das técnicas de tipografia, à diminuição dos custos e ao aumento das tiragens, que acabou estimulando a leitura e incentivando a instrução.

Ocupando um lugar social de destaque no Brasil durante todo o século XIX, a imprensa assumiu o lugar de porta voz social, político, cultural e econômico da sociedade. Por meio de seus diferentes gêneros, dentre eles jornais, livros, revistas, almanaques e folhetins, a imprensa se configurou enquanto portadora de diferentes representações do passado, carregando consigo marcas de distintas culturas políticas que marcaram a história do Brasil. “Acompanha-se, assim, uma tendência da historiografia recente, que procura reconhecer que a imprensa é mais do que um registro de acontecimentos da época. Suas informações não devem ser tratadas como verdades, mas como representações acerca das questões de seu tempo” (KNAUSS, 2011. p. 08)⁸.

No entanto, vale destacar que o processo de aceitação da imprensa periódica enquanto fonte histórica é algo que ocorreu de forma conflituosa. Embutido por um fazer histórico ancorado na descrição de documentos oficiais, durante o século XIX a imprensa sofreu duros golpes ao ser adotada enquanto contribuinte da prática historiográfica, pois era considerada parcial e subjetiva, fugindo das características que deveriam portar um documento histórico. O processo de desmistificação desse pensamento ocorreu em diferentes espaços, desde a *Escola dos Annales* até o campo do Materialismo Histórico, sendo intensificado apenas a partir da década de 1970. Assumindo uma postura mais flexível e interdisciplinar, a História passou por um processo de alargamento em relação às fontes, métodos, objetos e perspectiva⁹, abraçando para si a imprensa periódica enquanto grande portadora de representações. Na atual conjuntura, o historiador não pode mais se privar de fazer uso dessa vasta documentação, tendo em vista a grande quantidade de impressos conservados e disponibilizados, assim como a grande importância do teor que os mesmos carregam consigo.

⁷ SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media**. Porto: Universidade Fernando Pessoa, 2003.

⁸ KNAUSS, Paulo. Introdução. In: KNAUSS, Paulo ... (et. al.), (orgs.). **Revistas Ilustradas – Modos de Ler e Ver no Segundo Reinado**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2011.

⁹ SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. A 3ª Geração dos Annales: cultura histórica e memória. In: Cláudia Engler Cury; Elio Chaves Flores; Raimundo Barroso Cordeiro Jr Cultura (Orgs). **Histórica e Historiografia- Legados e Contribuições do Século XX**. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 2010. P 37 a 68.

Inserida no contexto do século XIX, a imprensa fazia parte de uma série de instituições que configuravam e regulavam a vida social das pessoas, fomentando um novo espaço público para o debate. Nessa conjuntura, os homens compunham esse espaço público, enquanto as mulheres eram atribuídas ao espaço privado. Como afirma Telles (2006)¹⁰, o contato com a imprensa era uma forma das mulheres ultrapassarem as barreiras que separavam o espaço público do privado inserindo-as, assim, mesmo que de forma indireta, nos espaços públicos e seus embates¹¹.

De acordo com Carvalho¹² o “começo do século XIX fatalmente transbordaria para o espaço doméstico, contribuindo para que fosse construída uma noção do que deveria ser família civilizada. [...] o lar tornou-se metáfora da pátria. [...]”. Sendo assim, a esposa não opinava, a família era o povo, o homem da casa seu governante, este por sua vez era quem elaborava as leis para que o “povo”, ou seja, a família, mais especificamente a mulher, era dado o direito de obedecer, pois esta poderia reinar no lar, mas as leis eram feitas pelos seus digníssimos cônjuges, pois a boa esposa representaria a honra do esposo. A esta se concedia o direito de ser submissa, trabalhadora (do lar) e calada. Mesmo em casa no momento em que o patriarca reunia a família, trazia discussões sobre política que era o tema principal da Imprensa local, não era de bom tom para as mulheres demonstrarem inteligência e opinarem, pois este assunto se reservava apenas para o mundo erudito masculino. Mas nem todas se mantinham obedientes, algumas opinavam mesmo não sendo ouvidas.

Em um país com uma alta taxa de analfabetismo universal, as mulheres não deveriam nem podiam priorizar a instrução, voltando-se para o aprendizado dos afazeres do lar. No entanto, apesar de vários obstáculos, desde o início do século XIX, o Brasil contou com uma produção periódica destinada às mulheres, sendo o primeiro jornal escrito e dirigido por uma mulher fundando em 1852, o *Jornal das Senhoras*. Nesse sentido, Rabay e Carvalho (2010)¹³ destacam que o direito de acesso à educação foi umas das primeiras bandeiras de lutas levantadas pelos grupos de mulheres já no século XIX.

No Brasil oitocentista, a imprensa também colaborou com a educação das mulheres. Havia anúncios, por exemplo, de professoras que buscavam alunos, e neste caso alunas, pois

¹⁰ TELLES, Norma. “Escritoras, escritas, escrituras.” In: PRIORE, Mary del (Org.); BASSANEZI, Carla (Coord. de textos). **História das mulheres no Brasil**. 8ªed. São Paulo: Contexto, 2006.

¹¹ Ver mais sobre a imprensa feminina em: BUITONI, Dulcília Schroeder. **Imprensa Feminina**. Editora Ática, São Paulo-SP, 1986.

¹² CARVALHO, Marcus J. M. de. A imprensa na formação do mercado de trabalho feminino no século XIX. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos P., MOREL, Marco, FERREIRA, Tânia Bessone da C. (orgs). **Imprensa e História: representações culturais e práticas de poder**. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, p. 176, 2006.

¹³ RABAY, Gloria; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. **Mulher e Política na Paraíba**. Histórias de vida e luta. João Pessoa: Assembleia Legislativa da Paraíba: Editora da UFPB, 2010.

as mulheres bem casadas, respeitáveis e honradas ensinavam as meninas, e ao ofertarem o ensino poderiam ter um meio de obterem recursos para sobreviverem. Alguns discursos misóginos defendiam que não era necessário ocupar a mente das mulheres com informações científicas, já que a função destas era cuidar da educação dos filhos e ser formadora dos futuros cidadãos. Para tanto lhes bastava uma formação moral sólida e princípios como honestidade, pureza, castidade dentre outros. A mulher era responsabilizada pelo caráter dos cidadãos e somente por isso recebeu instrução, pois dela dependia, na concepção social da época, o fato de os homens serem bons ou maus. Os meninos aprendiam a ler, escrever, além de lições de cálculos como geometria, e as meninas além da leitura e escrita aprendiam a bordar, costurar além das prendas domésticas.

De acordo com Carlos Costa (2012)¹⁴, o caráter da imprensa mudou na passagem para a segunda metade do século XIX. Seguindo uma conjuntura de mudanças políticas e sociais, as décadas posteriores a 1850 se configuraram enquanto momentos de inflexão de um país em formação, marcados por fortes debates em torno do fim do tráfico de escravos, movimentos abolicionistas, governo de D. Pedro II e suas características. Knauss (2011) afirma que a liberdade de expressão foi a grande marca da imprensa brasileira da segunda metade do século XIX, dando um ar mais desprendido aos periódicos, que não se atrelavam apenas a assuntos da política oficial, mas juntamente com esta, tratava de temas variados. “Tornou-se um espaço fundamental da manifestação de ideias, opiniões e gostos” (KNAUSS, 2011. p. 08).

Nesse contexto, surgiram também novas demandas a fim de atender a uma aristocracia emergente. Regras sociais são importadas da Europa, juntamente com roupas e comida. Os trajes franceses eram os preferidos das mulheres, principalmente, aquelas pertencentes às famílias mais abastadas. Vale ressaltar que aqui se fala de um determinado grupo de mulheres, aquelas pertencentes à classe média alta. Carlos Costa (2012) salientou que essas novas demandas geravam grandes impactos sociais, por elas demarcarem o lugar do “outro”, o daquele que não era atendido por elas.

Nesse cenário de valorização do que era trazido da Europa para o Brasil, as regras sociais se estabeleceram como reafirmadoras de uma divisão social e sexual do trabalho, determinando os espaços públicos como masculino e os privados como feminino, nascendo a

¹⁴ COSTA, Carlos Roberto. **A Mulher e a ilustração entram na Redação: 1850 a 1865.** In: A Revista no Brasil no século XIX – A história da formação das publicações do leitor e da identidade do brasileiro. São Paulo: Alameda, 2012.

ideia da mulher como “rainha do lar”. Ultrapassar essa barreira continua sendo uma luta diária em pleno século XXI.

É preciso ressaltar o papel fundamental desempenhado pelos produtos culturais, em especial o Romance, na cristalização da sociedade moderna. Escrita e saber estiveram ligados ao poder como forma de dominação ao descreverem modos de socialização, papéis sociais e até sentimentos esperados em determinada situação. (TELLES, 2006. p. 401 e 402).

Em contrapartida, também foi no mesmo século XIX que surgiram diversos movimentos sociais, dentre eles o *Sufragismo*. Tendo sua origem nos processos de industrialização e modernização, o movimento sufragista nasceu na Inglaterra e nos Estados Unidos da América na segunda metade do século XIX. De acordo com Rabay e Carvalho (2010), o movimento tinha como principal bandeira de luta o direito ao voto feminino, mas também reivindicava outras demandas como o direito à educação. A escritora inglesa Mary Wollstonecraft foi uma das precursoras do movimento. Nos Estados Unidos, Susan Anthony se destacou na luta; e no Brasil, o principal nome foi Bertha Lutz, uma das fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino em 1922.

Rabay e Carvalho (2010) destacaram que a imprensa foi um dos instrumentos mais utilizados pelas mulheres que compunham o movimento sufragista aqui no Brasil. O movimento foi composto em sua maioria por membros pertencentes à classe média, e tendo a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino o seu próprio folhetim informativo.

Telles (2006) e Oliveira (2011)¹⁵ consideraram o século XIX como o século do romance. Este gênero recebeu muita influência dos folhetins, espaço onde os escritores ensaiavam suas narrativas e podiam atingir um amplo público, dentre eles as mulheres. Apesar de considerado uma leitura perigosa para as mulheres, os romances eram muito lidos pelas cidadãs da classe média. Vale destacar que esses escritos representavam a mulher em dois extremos. De um lado, a mulher honrada e rainha do lar, pronta para o casamento e para servir ao seu pai e depois ao seu marido, ajudante do marido e criadora dos filhos; do outro, a adúltera, a pecadora que fugia às regras e deveria ser banida da sociedade.

Nesse contexto, de acordo com Oliveira (2011), apesar de estabelecida a noção de público e privado como dois espaços opostos, o acesso à leitura e à escrita, seja de livros, revistas ou jornais, demonstra certa quebra da barreira que separava as duas esferas. De acordo com a historiografia, não foram muitas as mulheres escritoras no século XIX, mas

¹⁵ OLIVEIRA, Claudia de. Mulheres de estampa: o folhetim e a representação do feminino no Segundo Reinado. In: KNAUSS, Paulo et. Al. **Revistas Ilustradas**: modos de ler e ver no Segundo Reinado. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ. 2011. p. 157-172.

algumas delas se destacam, dentre elas Nísia Floresta, que em 1832 traduziu o livro de Mary Wollstonecraft, *Direito das mulheres e injustiça dos homens*¹⁶.

Nísia Floresta, pseudônimo de Dionísia de Faria Rocha, casou-se em 1823, aos 13 anos de idade. Deixou seu marido no ano seguinte e foi repudiada pela família. Como afirma Telles (2006), Nísia foi figura atuante, defendendo a ideia de igualdade entre homens e mulheres, assim como o direito à educação às mulheres. Outra escritora reconhecida pela historiografia foi Eurídice Eufrasina. Esta tinha como grande bandeira de luta o direito de participação feminina na vida pública do país.

Narcisa Amália foi mais um grande nome feminino atuante no cenário da escrita do século XIX. Escritora e jornalista, Narcisa pertencia à classe média carioca, filha de pai e mãe professores. Casou-se muito cedo, aos 14 anos de idade, mas logo se separou do seu conjugue, sendo atacada e mal vista por parte da sociedade. Em 1870, escreveu o romance *Nebulosas*, assim como também atuou em diferentes periódicos da época, como nos jornais *O Resende*, *Diário Mercantil Paulista* e *A Família*.

Vale destacar que, por mais que algumas mulheres conseguissem ultrapassar a barreira do cenário privado por meio de seus escritos, produzindo romances e atuando em jornais, estas situações eram casos que fugiam à regra. Como salienta Telles (2006), a própria crítica literária feita aos escritos femininos era diferenciada daquelas feitas às obras produzidas por homens. “Nota-se que para os críticos, as escritoras deveriam permanecer no seu lugar, aquele lugar que lhe era atribuído e se situava bem longe da esfera pública com suas lutas e batalhas para modificar a sociedade” (TELLES, 2006. p. 420).

Nesse segundo momento do século XIX, mais especificamente após 1870, muitos periódicos defendiam a ideia do direito à educação feminina, como a *Revista Mensageira*, os jornais *O Sexo Feminino* e o *Parteson*. A questão do voto não era tratada diretamente, mas esses mesmos periódicos noticiavam as lutas sufragistas em outros países, inclusive da América Latina. Os periódicos pretendiam adentrar o lar, assim não trazia temáticas polêmicas de forma escancarada, ao mesmo tempo em que não se omitiam por completo delas. Telles (2006) destacou que, a partir de então, o campo da profissionalização começara a se abrir para as mulheres.

Ainda na primeira metade do século XIX surgiram jornais que, mesmo sendo organizados por homens, tentavam adentrar o universo feminino, tratando principalmente de assuntos relacionados à moda, romances, receitas, teatros. Dentre eles, Oliveira (2011)

¹⁶ FLORESTA, Nísia. *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*. São Paulo: Editora Cortez, 1989

destacou *O Espelho Diamantino* de 1827, *O Mentor das Brasileiras* de 1829, *O Espelho das Brasileiras* de 1831, e *O Correio das Modas* de 1839.

Como citado acima, o *Jornal das Senhoras* nasceu em meio à essa conjuntura, a qual, por meio do binômio público/privado, as mulheres eram “excluídas” de alguns espaços, a exemplo da imprensa. Fundado em 1852, o referido periódico constituindo-se como o primeiro periódico escrito e dirigido por uma mulher, além de ser destinado ao público feminino. Jornal semanal foi publicado durante quatro anos consecutivos, de 1852 a 1855, e seus exemplares se encontram disponíveis para consulta na Seção de Obras Raras da Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro¹⁷. O Jornal desenvolveu-se através de questões próprias do seu tempo, e era formado por seções de Moda, Literatura, Belas Artes, Teatro e Crítica, além de espaços dedicados às partituras de piano e aos romances que eram publicados, em sua maioria, em forma de folhetins. Circulava aos domingos e era composto por oito páginas numeradas em ordem crescente. Nos primeiros anos o *Jornal das Senhoras* era impresso na Tipografia Parisiense, localizada na rua Nova do Ouvidor.

Posteriormente, o periódico tinha sua própria tipografia, demonstrando assim prestígio social e econômico. “O preço da assinatura para o trimestre era 3\$000rs. na corte e 4\$000rs. para as províncias, os trimestres eram contados em janeiro, abril, julho e outubro e o pagamento da assinatura deveria ser adiantado” (GONÇALES, 2014, p. 07)¹⁸. O referido preço se mostrava razoável, se comparado o preço das assinaturas de outros jornais da época, que variavam de 2\$000rs a 5\$000rs em assinaturas trimestrais. Como o próprio periódico ressaltava, seu público alvo eram as “senhoras”, mulheres de classe média, alfabetizadas. Pelo preço, as mulheres de famílias menos abastadas até poderia adquirir o jornal, no entanto, a forma de leitura da população pobre se dava de outra forma, na rua, por meio da oralidade. Também vale destacar que as prioridades eram outras. O acesso à educação permaneceu por muito tempo restrito ao gênero masculino e de famílias com poder aquisitivo.

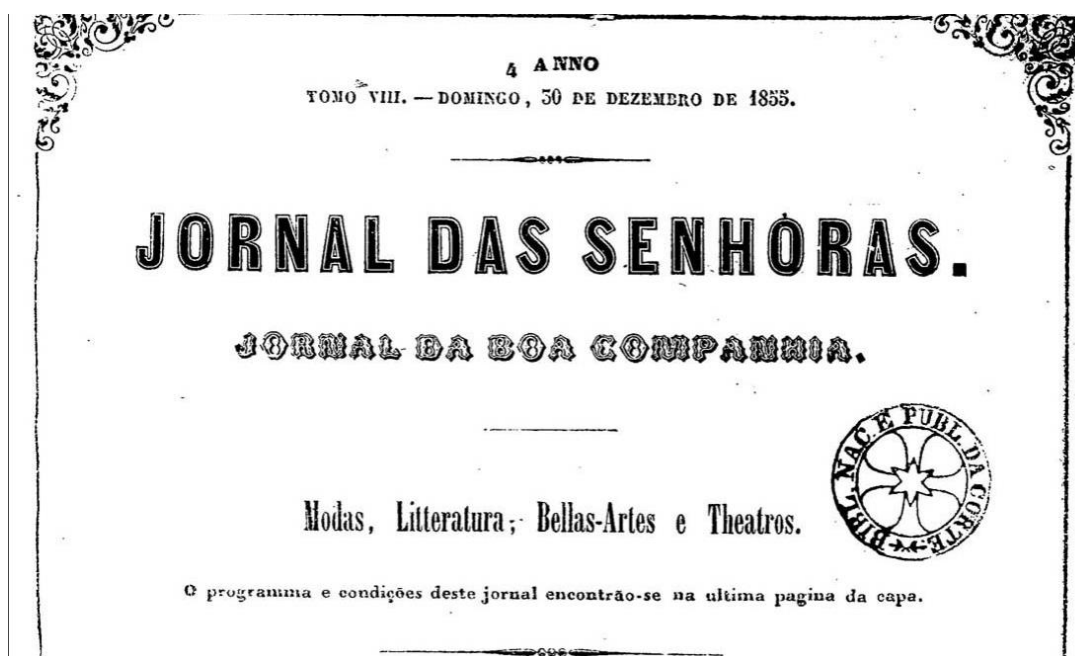
¹⁷ Os exemplares encontram-se disponíveis no acervo digital da Biblioteca Nacional: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/per700096/per700096_anuario.htm. Último acesso em 01 de abril de 2017.

¹⁸ GOÇALES, Guilherme Domingues. **MODA E EMANCIPAÇÃO FEMININA: UM ESTUDO DO JORNAL DAS SENHORAS – RIO DE JANEIRO, 1852**. Monografia (Graduação em História) - Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, 2014.

Capa do primeiro exemplar do *Jornal das Senhoras*



Capa do último exemplar do *Jornal das Senhoras*



FONTE: *Jornal das Senhoras*, 30 de dezembro de 1855

Os três grandes nomes do *Jornal das Senhoras* foram, a argentina Joana Paula de Manso de Noronha e as brasileira Violante Atalipa Ximenes de Bivar e Velasco e Gervásia

Nunes. Esta última ficou à frente da direção do jornal até 1855, ano que o mesmo deixou de circular. Joana Noronha foi uma atuante jornalista, professora e escritora, que nasceu na Argentina e veio para ao Brasil em 1819. Antes de editar o *Jornal das Senhoras*, Joana escreveu para jornais cariocas e sempre apresentou posturas em defesa da emancipação moral feminina.

Como salienta Ribeiro (2010), Joana se fazia presente na imprensa “discutindo sobre melhoramento social e emancipação moral” (RIBEIRO, 2010, p.43)¹⁹. Joana Noronha ficou apenas seis meses na direção do jornal, momento em que Violante Atabalipa Ximenes de Bivar e Velasco assumiu sua posição, permanecendo no jornal até meados de 1853²⁰. Viúva e cristã, Violante continuou com o projeto encabeçado por Joana, e defendeu a questão da emancipação da mulher enquanto esteve à frente do periódico. Gervásia Numésia Pires dos Santos Neves foi a última diretora do *Jornal das Senhoras*, permanecendo à frente até 1855. No *Jornal das Senhoras*, as mulheres participavam com cartas e artigos, mas não assinavam, ou então, usavam pseudônimos, característica típica das assinaturas em periódicos durante o século XIX. Esconder a verdadeira identidade era uma estratégia de defesa e proteção, que, no caso das mulheres, tinham conotações ainda mais profundas.

Com apenas quatro anos de duração, o *Jornal das Senhoras* deixou de circular no final de 1855. A existência efêmera de periódicos é uma característica da imprensa brasileira do século XIX, não sendo algo específico dos jornais destinados às mulheres. Telles (2006) destacou que um dos principais motivos que levaram ao fim do *Jornal das Senhoras* teria sido a falta de recursos financeiros para manter a publicação de um periódico semanal que sobrevivia graças às assinaturas e aos recursos próprios de suas diretoras.

O fato pode sugerir duas problemáticas. Por um lado, demonstrou, em partes, certa fragilidade econômica ou financeira das mulheres, em especial aquelas que estavam à frente do jornal. Vale destacar, que mesmo as mulheres pertencentes à classe média, não possuíam a mesma condição financeira que os homens de sua classe. O fato pode ser explicado por diversos motivos. O primeiro seria o fato de muitas mulheres da classe média não terem adentrado no mercado de trabalho, ficando o sustento do lar enquanto tarefa masculina. O segundo, por sua vez, diz respeito àquelas mulheres da classe média que trabalhavam, no entanto, tinham que conciliar seu serviço fora do lar, com os afazeres domésticos.

¹⁹ RIBEIRO, Mônica. Movimento feminista na fonte dos centros de combate à violência contra mulheres. In: **Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas**, Universidade Estadual de Londrina, junho de 2010.

²⁰ A biografia completa de Joana Paula de Manso de Noronha pode ser apreciada na obra **Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade** (biográfico e ilustrado), de Schuma Schumacher e Érico Vital Brasil, Editora Zahar, 2000.

“O impacto dessa divisão desigual do trabalho e do usufruto do tempo [...] se desdobra em injustiça distributiva e barreira à igualdade nas oportunidades” (MIGUEL e BIROLI,²¹ 2014, p. 12). O fato também proporcionou menores salários às mulheres, o que conferiu uma menor estabilidade financeira se comparada a alguém gênero masculino. A segunda problemática foi a falta de interesse, ou pequeno interesse, por parte das “senhoras” em adquirir o periódico. O fato podia ocorrer devido à certa insatisfação com que estava sendo proposto pelo periódico, a emancipação feminina, mesmo essa emancipação não apresentando explicitamente rupturas com as ordens sociais (sexistas) vigentes.

Na última edição do periódico, datada do dia 30 de dezembro de 1855, a redação lançou uma nota às suas assinantes. Na matéria, o periódico se despedia das assinantes, justificando a pausa na publicação e prometendo um retorno no ano subsequente, fato que não ocorreu.

Deixarmos de confessar a nossa viva e cordial gratidão às nossas boas e nobres assignantes, em todo o tempo, seria um revoltante crime, perante a Deus e a sociedade, que viu nascer o Jornal Das Senhoras sob sua animadora influencia, florescer cultivado por ellas, e por ellas existindo para seus cuidados e vida consagrar somente a ellas. Há quatros anos é o Jornal Das Senhoras protegido por um crescido números de assignantes que constantemente o tem sustentado com as avultadas despezas de uma publicação de sua ordem. Ainda não havia esmorecido, nem uma só, sua tão franca e leal protecção. Nem tão pouco nós emorecemos, Senhoras. Não esmorecemos jamais. Fazemos apenas uma parada, que julgamos necessária, no próximo ano de 1856; e com o favor de Deus o Jornal Das Senhoras reaparecerá em 1857, para porsequirmos ao honroso fim a que nos proposemos, cultivando com esmero innarcesciveis flores do caminho tão nobremente encetado pela nossa antiga redactora, a Sra. D. Joanna Paulo de Noronha. (Jornal das Senhoras, 30 de dezembro de 1855)

O *Jornal das Senhoras*, como bem destacou Joana Paula Manso Noronha na primeira página da edição número um de 1852, “tem vontade e desejo de propagar a ilustração e cooperar com toda a sua força para o melhoramento social e emancipação moral na mulher” (Jornal das Senhoras, 01 de janeiro de 1852). O periódico esteve à frente do seu tempo propondo uma emancipação moral e intelectual da mulher, destacando a importância da sua educação e criticando a ideia da submissão feminina, no entanto, explicitamente, nunca bateu de frente com a estrutura social vigente.

Justamente pelo seu pioneirismo, o jornal sofreu oposições na capital do país, sendo alvo de críticas de ambos os sexos/gêneros. Alguns maridos temiam os “pensamentos

²¹ MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI Flávia. **Feminismo e Política**: uma introdução. São Paulo: Boitempo. 2014.

libertários” contidos no jornal, como o incentivo para a educação feminina e para a valorização da figura feminina na sociedade. Diversas críticas também advinham das próprias mulheres da classe média, ao afirmarem que o periódico objetivava colocar em questão a organização familiar vigente.

Retomando o texto de abertura, intitulado “As nossas assignantes”, Joana Paula Manso Noronha questiona suas leitoras sobre a surpresa que é a presença de uma senhora à frente da redação de um jornal. A redatora afirma que na França, Inglaterra, Itália, Espanha, Estados Unidos e até mesmo em Portugal, existem muitas mulheres dedicadas à literatura e que colaboram em diferentes jornais.

Por ventura a America do Sul, ella só, ficará estacionaria nas suas idéas, quando o mundo inteiro marcha ao progresso e tende ao aperfeiçoamento moral e material da Sociedade? Ora! Não pode ser. A sociedade do Rio de Janeiro principalmente, Corte e Capital do império, Metropoli do sul d’America, acolherá de certo com satisfação e sympathia O JORNAL DAS SENHORAS redigido por uma Senhora mesma. [...] Ei-nos pois em campanha; o estandarte da illustração ondula gracioso á briza perfumada dos Tropicos; acolhei-vos a elle, todas as que possuis uma faísca de intelligência, vinde. Confidente discreto das vossas producções literárias, ellas serão publicadas debaixo do anônimo; porém não temaes confiar-mo-las, nem temaes dar expansão ao vosso pensamento; se o possuis é porque é dom da Divindade e aquillo que Deus dá, os homens não o podem roubar. (Jornal das Senhoras, 01 de janeiro de 1852).

A matéria demonstra o quanto a imprensa era um espaço atribuído à figura masculina. Até a criação do *Jornal das Senhoras*, todos os periódicos destinados ao público feminino eram escritos por homens. O referido periódico surgiu enquanto um ponto divergente dessa regra. Sua redatora, Joana Paula Manso de Noronha, poupa o tom de crítica, porém contestou o domínio masculino na direção dos veículos de imprensa, ressaltando que nada há de anormal no fato de haver um jornal escrito por mulheres no Brasil. Pelo contrário, aquelas que dele faziam parte, e que se projetaram por meio da imprensa, deveriam ser bem vistas. Ao se fazerem nos espaços públicos, como vimos, as mulheres se justificavam, pois sua presença naqueles ambientes ainda era muito contestada na mentalidade social da época.

No decorrer do século XIX, a vida urbana contava com novas demandas e novas perspectivas de convivência social. As mulheres das camadas privilegiadas passavam a ser presença importante nos bailes, saraus, concertos e espetáculos teatrais. Assim, elas necessitavam portar certas normas, como aprender a se comportar em público e a estarem atentas aos eventos socioculturais.

O papel feminino (leia-se das mulheres das classes abastadas) se redefinia e, acompanhando essa perspectiva, o *Jornal das Senhoras* convocava as mulheres a se

emanciparem moralmente, não ficando exclusivamente fechadas em seus lares. Se inserir nesses novos espaços era encarado como uma forma de emancipação, pois, de certa forma, a barreira do privado já estaria sendo ultrapassada. Como salienta Moreira (2010), “à medida que o século XIX transcorria com transformações e mudanças profundas na vida social e política brasileira, a luta das brasileiras pela emancipação moral da mulher branca, escolarizada e classe média crescia” (MOREIRA, 2008, p. 150)²².

A elaboração de uma nova identidade feminina referiu-se, principalmente, à sua posição frente à família e aos papéis de esposa e mãe. Se por um lado, como destacou como Bicalho, o “processo de individualização da mulher e de valorização de sua trajetória e de seus projetos pessoais, a biografia feminina continuou a girar em torno dos temas, casamento, família e maternidade” (BICALHO, 1989, p. 94)²³, por outro lado, a imprensa feminina, ao permitir um diálogo entre as mulheres, forjou uma consciência feminina, a qual se tornou circunstância indispensável ao seu acesso à esfera pública e ao campo das reivindicações sociais e políticas. De acordo com Telles²⁴ ao romper as normas sociais, as mulheres ascenderam no papel de escritoras, assumindo uma nova postura, fora das paredes do lar.

No referido periódico encontravam-se sessões de romance, música, em especial de piano, e de moda, no qual eram apresentadas as últimas novidades de Paris. O *Jornal das Senhoras* a cada mês publicava o modelo de um figurino encomendado de Paris para suas assinantes. Essa estratégia chamava atenção das senhoras da classe média carioca, que buscavam copiar à risca os modelitos estampados nas páginas do periódico. Fazia parte de uma prática social, na qual essa camada emergente se inseriu.

Usando o pseudônimo de Catette, uma das escritoras do *Jornal das Senhoras* expôs sua afeição pela moda francesa, e sua incumbência em transmiti-la ao público feminino. “O que é de minha restrita obrigação, desde que me propuz a fallar em modas é relatar com toda a lealdade o que eu presenciei em Paris e o que me explicarão algumas elegantes com quem lá tive a fortuna de travar relações de amizade” (CATETTE, *Jornal das Senhoras*, 1852, p. 1).

²² MOREIRA, Nadilza M. De B. - Júlia Lopes de Almeida: o lugar do feminino na imprensa oitocentista brasileira. *Revista Letra Viva*, vol. 9, n. 1, 2008.

²³ BICALHO, Maria Fernanda Baptista. O bello sexo: imprensa e identidade feminina no Rio de Janeiro em fins do século XIX e início do século XX. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Org.). **Rebeldia e submissão: estudos sobre condição feminina**. São Paulo, Vértice/Ed. Revista dos Tribunais/Fundação Carlos Chagas, 1989.

²⁴ TELLES, Norma. Escritoras, Escritas, Escrituras. In: PRIORE, Mary Del (org.), PINSKY, Carla Bassanezi. **História das mulheres no Brasil**. 10. ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2011.

Como salienta Gonçalves (2014),

Da primeira edição até a do dia 4 de Abril de 1852, a coluna era assinada de maneira enigmática: o Catete. Além dessa referência espacial, não há outras pistas que ajudem a descobrir a identidade da pessoa responsável por essa parte da folha. Segundo Joanna, na primeira edição do periódico, essa colaboradora seria uma amiga das leitoras. Era jovem, inteligente e espirituosa. A colunista, ao se apresentar em um artigo de título *O vosso convite*, se diz surpreendida com o horroroso convite da redatora, pois sendo estouvada e leviana agora estaria metida a escrever artigos para serem publicados. Sua segurança estaria em seu anonimato [...] (GONÇALES, 2014, p. 27)

Modelo de vestido de Paris



FONTE: *Jornal das senhoras*, dia 30 de dezembro de 1855

A partir da edição de 25 de Abril de 1852, a coluna de moda recebeu nova assinatura, atribuída à “Christina”. Os escritos da nova colunista apresentam algumas pequenas diferenças estilísticas entre os textos, no entanto, apesar da mudança, a coluna se mantém fiel à sua proposta original de informar a última moda do mundo parisiense, orientar nas melhores combinações de *toilettes*, cores e tecidos e acessórios.

Se analisada de forma simplista, a coluna pode ser entendida como algo ligado unicamente ao espaço privado, sem levar em conta as implicações sociais que tamanha discussão sobre moda poderiam indicar. Para além do teor estilístico, como bem sugere a Nova História Cultural, deve-se levar em conta outros fatores pertencentes a essa centralidade de debates em torno da moda parisiense.

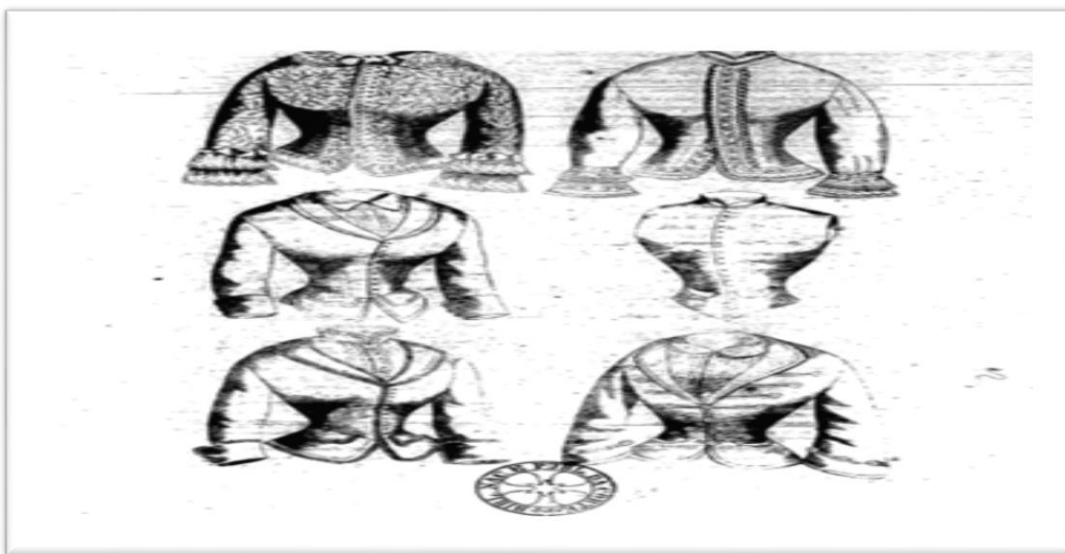
A importação de valores europeus, bem como de sua moda, demonstrou o quanto a ex-colônia, almejava assemelhar-se às grandes metrópoles do Velho Mundo. Por meio da constituição e implementação de práticas e representação, as mulheres também se inseriam nesse processo de aproximação. Quando o historiador se omite em discutir elementos a exemplo da importação da moda importada da Europa, ele contribui com uma perspectiva histórica que desconsidera as ações das mulheres em meio a esse processo. Dessa forma, destaca-se que a importância atribuída à moda apresentada pelo *Jornal das Senhoras* tinha também um valor político.

Como dito, a seção de moda não aparece deslocada da proposta político do *Jornal*. Segundo a colunista, escrever artigos de modas não a fechava em um círculo único, a seção era mais do que simplesmente descrever *toilettes* de bom gosto para suas leitoras⁸⁹, era um espaço de propagação das ideias defendidas pelo semanário. Moda seria algo tão presente na vida das senhoras que a colunista dispensa explicação do que seria isso para suas leitoras (GONÇALES, 2014, p. 28).

Outro fator que demonstrou o teor político das discussões em torno da moda parisiense, dizia respeito à valorização atribuída ao uso de coletes, denominado de “colete de emancipação”. O uso deste foi indicado enquanto algo revolucionário, o qual reafirmaria a posição atuante da mulher na sociedade. O colete, segundo a colunista do periódico, seria o novo talismã e o encanto do guarda-roupa das elegantes. Seu uso desafiava as convenções sociais que atribuíam valores e práticas inerentes aos homens e às mulheres, pois ao utilizar uma vestimenta que pertencia ao vestuário masculino, elas almejavam demonstrar que não perderiam sua feminilidade.

“Era o novo furor e delírio das parisienses, e não tardaria a ser de todo mundo, carregando a marca da novidade e da distinção, pois as outras modas de nada tinham de novo, se diferenciavam por ter mais ou menos babados tornando-se o vestuário repetitivo” (GONÇALES, 2014, p. 33). Implicitamente, as barreiras estabelecidas pela esfera privada já estavam sendo questionadas, pois essas mulheres demonstravam seu interesse em adentrar os espaços públicos, mesmo sem renegar seu pertencimento ao espaço privado.

Colete de emancipação



O Jornal das Senhoras, 21 de Março de 1852

Na seção “Modas” do dia 18 de janeiro de 1852, o *Jornal das Senhoras* coloca a moda como uma arma da luta. Joana de Paula Manso de Noronha, sua então redatora, demonstrou grande conhecimento a respeito de debates pertinentes que estavam ocorrendo na França, e tenta de forma viável, trazer esses debates para o contexto brasileiro. Joana Paula Noronha afirmou:

Dizia eu no meu último artigo de Domingo passado, que a moda do colete de emancipação fazia grande furor em Paris há meses, à esta parte, e que necessariamente teria o mesmo sucesso em todos os lugares onde ela aportasse, à vista das suas conveniências e da sua elegante novidade esta realizado o meu dito. Assinantes [...] receberão com especial agrado o meu artigo e os competentes moldes e durante a semana tive o gosto de saber que muitos coletes já se estão fazendo pelas delicadas mãozinhas mesmo das nossas patricias, além de outras muitas, que o mundo elegante confiou aos cuidados de nossas primeiras modistas, que não tem mãos a medir (*Jornal das Senhoras*, 18 de janeiro de 1852).

Em diversas edições o *Jornal das Senhoras* também demonstrou grande preocupação com as doenças que se faziam presentes do cotidiano carioca. Nesse contexto de modernização do Rio de Janeiro, a capital do Império, ainda era assolada por epidemias e pragas no século XIX. Cuidar da saúde também era encarada com uma forma de emancipação moral. O que se pode perceber é que o *Jornal das Senhoras*, com o seu objetivo de emancipação moral da mulher, pretendia formar e informar as suas leitoras. Porém, não pode-

se ver a emancipação feminina com um olhar contemporâneo, pois as editoras do *Jornal das Senhoras* entendiam essa emancipação como sendo a ilustração da mulher.

Sua primeira editora, Joana de Noronha, ressaltou que o periódico não desejava às mulheres atividades exercidas pelos homens, “como ser empregado público, ser oficial da marinha, ser ministro de estado, ser doutor graduado em leis”. Para ela, a emancipação feminina estava ligada ao lar, às atividades de dona de casa, mas, principalmente, a reflexão de direitos e poder expressar opiniões, não sendo tratada como sujeitos inferiores pelos homens. Não há, então, uma busca explícita em romper com os padrões de feminilidade e masculinidade, mas uma tentativa de sair de uma zona de subalternidade.

Nada, urge desenganar o mundo que eu não quero de modo algum contrariar a natureza; tenho-me esforçado toda a minha vida em adivinhar o pensamento do Criador e cumprir o que ele me ensina. Não entendo por emancipação moral da mulher subtrai-la à proteção do homem. – Sempre que essa proteção tenha por base a amizade, será justa. Não entendo porém por proteção, um domínio brutal. Não entendo por emancipação moral da mulher, a suspensão da obra das gerações: querer isto seria querer entronizar os vícios mais degradantes da humanidade. Não entendo por emancipação moral da mulher subtrai-la à sua missão marcada pelo Criador – a mãe e esposa. (Jornal das Senhoras, 25 de janeiro de 1852).

A passagem acima nos remete a perceber que mesmo questionando o “domínio brutal” masculino sobre as mulheres, o discurso apresentado retoma a ideia estabelecida pelo homem, pela igreja e pelo estado, reafirmando o lugar da mulher como filha, esposa e mãe. Essa era a principal proposta do jornal e esse era o entendimento quanto à questão da emancipação moral feminina. Na edição de 25 de janeiro de 1852, já no primeiro ano de circulação do periódico, o jornal afirma sua posição frente à questão da emancipação moral atrelada a uma identidade feminina ligada à esfera privada.

Emancipação moral da mulher no meu limitado entender é: - sua ilustração. Não entendo por ilustração habilidades fúteis: a ilustração na mulher devem entender-se em primeiro lugar: - uma religião. Entendemos que a religião é o verdadeiro conhecimento dos nossos deveres para com Deus, baseados no amor e na caridade para com nossos irmãos. – O verdadeiro conhecimento dos deveres que cada criatura tem para consigo mesmo, e a subdivisões desses deveres da mulher: - como filha, - como esposa, - como mãe, - como ser, formado para a obra imensa do progresso social. (...) Quero que a mulher saiba que ser esposa, não quer dizer simplesmente - casar-se. Quero que ela estude acuradamente toda a sublime abnegação que encerram estes nomes. – Filha, Esposa, Mãe. Quero, que uma vez persuadida de sua missão, de seus deveres e de seus direitos, sinta nascer no seu coração a bela dignidade, esse santo e nobre orgulho do ser que no fundo de si mesma encontra o Eu impenetrável, onde nunca chegarão outros olhos que os de Deus; e às vezes o de uma mãe! (Jornal das Senhoras, 25 de janeiro de 1852).

A partir de 1853, o *Jornal das Senhoras* passou a ser dirigido por Gervasia Nunezia Pires dos Santos Neves. Sob sua direção os artigos continuaram tratando “emancipação moral da mulher” enquanto instrumento capaz de fornecer instrução e educação às mulheres a fim de que elas desempenhassem bem seus papéis de esposa e mãe. O incentivo à instrução se inseria nesse contexto, continuava sendo a de formação da rainha do lar.

A leitura meus amigos! ... sabeis vós bem o que é a leitura?! é de todas as artes a que menos custa e a que mais rende. Há livros, que, semelhantes a barquinhas milagrosas, incorruptíveis e inafundáveis, [sic] nos levam pelo oceano das idades a descobrir, visitar e conhecer todo o mundo, que lá vai: os povos antigos revivem para nós com todos os seus usos, costumes, trajes, feições, crenças, idéias, vícios, virtudes, interesses e relações: a história é a mestra da vida, e as suas lições, ampliação e complemento ao nosso juízo natural. (*Jornal das Senhoras*, 31 de julho de 1853).

A partir da análise, pôde-se perceber que o que as escritoras e editoras do *Jornal das Senhoras* entendiam por emancipação moral e intelectual da mulher não estava relacionado às mulheres saírem de suas casas e ocuparem cargos públicos. O que se entendia por emancipação feminina era a mulher ser bem instruída para ter a capacidade de debater sobre os mais diversos assuntos, assim como os homens, mas, principalmente, para exercerem o seu papel social de esposa e mãe de forma aprimorada. Tal emancipação não excluía das mulheres os deveres ligados a casa e aos filhos, pelo contrário, ela a complementava. Sendo as mulheres educadas, elas conseguiriam melhor instruir os seus filhos, oferecendo assim, bons cidadãos à sociedade brasileira e cidadãos dignos. Como Maria Fernanda Bicalho afirma, no século XIX, a imprensa feminina, a excessiva sociabilidade feminina e as opções por prazeres frívolos eram vistos como uma constante ameaça para as virtudes das mulheres (BICALHO, 1989, p. 79).

Entretanto, deve-se destacar que foi com a imprensa e o lançamento de periódicos escritos destinados às mulheres que as brasileiras do século XIX ganharam um importante veículo de divulgação de seus textos políticos e literários, na luta pela emancipação feminina. Dessa forma, “a imprensa feminina tornou-se não só um canal de expressão eficaz para as sufocadas vocações literárias das mulheres, mas exerceu ainda uma função de conscientização, catártica, psicoterápica, pedagógica e de lazer” (DUARTE, 2005, p. 229)²⁵.

Todos eles foram importantes instrumentos na conscientização das mulheres, pois divulgavam o que ocorria nos outros países, faziam circular os textos entre si, davam notícias de livros, da abertura de escolas, e apoiavam as iniciativas das companheiras. Enfim, criaram, concretamente, uma legítima rede de apoio mútuo e de intercâmbio intelectual (DUARTE, 2005, p. 229).

²⁵ DUARTE, Constância Lima. Literatura e Feminismo no Brasil: primeiros apontamentos. In: MOREIRA, Nadilza Martins de Barros; SCHNEIDER, Liane (Orgs.). **Mulheres no Mundo etnia, marginalidade e diáspora**. João Pessoa: Ideia/Editora Universitária, 2005.

Pontuou-se, então, que a imprensa feminina brasileira tinha como principal objetivo o incentivo à promoção da educação e à instrução das mulheres, as quais eram indispensáveis para a sua emancipação. O *Jornal das Senhoras* seguiu essa premissa, já que enfatizou a capacidade da mulher de agir moralmente na sociedade. Dessa forma, fugindo do anacronismo, buscando analisar as representações femininas no *Jornal das Senhoras* sem impor nosso olhar contemporâneo, entendeu-se que apesar do periódico não conseguir atingir toda população feminina da corte, pois não era o seu objetivo, aquelas que tiveram acesso ao seu conteúdo conseguiram ter contato com alguns ideários em torno das questões de mulheres que estavam sendo discutidos em boa parte do mundo, demonstrando assim que nem todas as mulheres se mantiveram passivas e caladas no contexto patriarcal do século XIX, assim como evidencia o papel da imprensa nesse processo de ascensão feminina na vida pública por meio da escrita.

Pontuou-se, ainda, que, a representação feminina apresentada pelo *Jornal das Senhoras*, fez referência a uma mulher da Corte, de classe média, consciente do seu papel social relacionado à esfera privada, mas, preocupada com que ultrapassava as fronteiras dessa esfera. O combate à violência e total submissão da mulher em relação ao homem são pontos centrais nas discussões travadas pelo periódico, sem, no entanto, propor uma ruptura com os padrões sociais da época. Por real convicção desses papéis sociais, ou por estratégias para adentrarem o mundo editorial da imprensa, a edição e circulação do *Jornal das Senhoras*, propiciou a muitas mulheres o acesso a outras esferas para além da privada, fazendo com que estas passassem também a defender uma atuação e um reconhecimento de suas ações do campo público.

Sem desejar ocupar lugares masculinos, a questão da emancipação feminina começou a ser pontuada de forma constante, defendendo o aprimoramento educacional e instrutivo das mulheres, armas necessárias e fundamentais para que num futuro próximo diversas mulheres adentrassem de vez os mais variados campos da esfera pública.

Por fim, valeu destacar o qualitativo valor do *Jornal das Senhoras*, enquanto fonte e objetivo de estudo no campo historiográfico, pois, segundo um dos principais apontamentos da Nova História Cultural, o alargamento no escopo documental, bem como da perspectiva de abordagem, é um dos principais requisitos para se tirar diversos sujeitos da invisibilidade histórica, a exemplo das mulheres²⁶.

²⁶ Ver mais sobre o *Jornal das Senhoras* em: LIMA, Joelma Varão. *Jornal das Senhoras, olhares femininos sobre a urbanização na corte*. In. **Anais do XIX encontro regional de história: poder, violência e exclusão**. São Paulo: ANPUH-USP, 2008. LIMA, Joelma Varão. **O *Jornal das Senhoras*, um projeto pedagógico: mulher**,

educação, maternidade e corpo (Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX). São Paulo: PUC-SP, 2012.
BARBOSA, Everton Oliveira. O Jornal das Senhoras: Conexões Culturais femininas pelo Atlântico em meados do século XIX. In: **Anais do XXVII Simpósio Nacional de História: Conhecimento histórico e diálogo social**. Natal: ANPUH-RN, 2013.
